

“Cheque em branco”, “Analista de Retrovisor” e “Golden Share às avessas”: as tramas por trás da privatização da Eletrobras.

A análise da MP 1.031/21 revela que a mesma, em nenhum momento, trata sobre modelo de avaliação que será utilizado para a capitalização da Eletrobras e nem mesmo apresenta uma estimativa do valor a ser arrecadado, e, de quebra, ainda impede que o Senado, Câmara e União tenham qualquer poder de decisão sobre a aceitação ou não dos valores a serem definidos no momento da capitalização, decisão esta reservada exclusivamente aos minoritários residentes e não residentes em uma futura assembleia de acionistas. Uma espécie de “banquete de amigos”.

A MP 1.031/21 também deixa em aberto a quantidade de ações que permanecerão sob controle da União ao final do processo. A indeterminação se haverá ou não uma oferta secundária de ações não dá clareza sobre a extensão da participação da União nesta operação.

Como aprovar ou rejeitar um projeto sem saber qual a estimativa de arrecadação?

Como prometer fundos regionais e projetar orçamento sem uma base real ou estudo que balize tal decisão?

Como avaliar uma empresa sem que as Casas Legislativas recebam o Valuation dos ativos da Eletrobras para avaliar o mérito e alternativas, haja vista que a Eletrobras tem dezenas de usinas e linhas com concessões já assinadas a vencer só depois de 2040/50!

Para piorar, no fim das contas, a decisão sobre o valor da capitalização caberá aos acionistas minoritários. A Câmara, o Senado e mesmo o Executivo não terão nenhum poder de decisão, a não ser o que os ministros Guedes e Bento já tenha, decidido pelos parlamentares: “trabalhar no escuro de dados sobre o valor da Eletrobras”.

Trata-se de um **apagão proposital de informações**, típico da tratoragem e rapinagem que observamos com tanta veemência na Petrobras e nos desinvestimentos de BB e Caixa.

Não será facultada à União nem mesmo a decisão de rejeitar ou não à proposta que será apresentada ao final dos estudos, que ainda nem começaram. Como diria Brizola, “tem cara de negociata, boca de negociata, rabo de negociata... como é que não é negociata?”.

Elencamos alguns pontos do projeto que escancaram a negociata:

1. Diz a MP 1.031/21:

“§ 6º Fica vedado à União exercer, direta ou indiretamente, nas deliberações da assembleia geral de acionistas da Eletrobras que antecedam a desestatização, o direito de voto nas matérias de que tratam os incisos II a VII do caput e os § 1º e § 4º.”

Com isso, fica claro que o relator propõe uma manobra que usurpa ao mesmo tempo a prerrogativa democrática das Casas Legislativas de decidir sobre esse tema da mais alta importância, ao mesmo tempo em que veda à União de exercer seu legítimo direito nas deliberações mais fundamentais sobre o destino da empresa. Isso representa, de fato, um cerceamento ao direito democrático da população de posicionar diante da proposta a ser apresentada, por meio de seus representantes legais.

2. Diz ainda a MP 1.031:

“§ 2º O aumento do capital social da Eletrobras poderá ser acompanhado de oferta pública secundária de ações de propriedade da União ou de empresa por ela controlada, direta ou indiretamente, respeitado o previsto no § 6º.”

Tal parágrafo impede que as Casas Legislativas possam ter alguma medida do montante que potencialmente pode vir a ser arrecadado, que diferirá sobremaneira caso ocorra ou não oferta secundária de ações. Como avaliar o potencial de arrecadação e a viabilidade dos compromissos assumidos sem que se possa ter uma medida do potencial de arrecadação, que pode variar em dezenas de bilhões caso ocorra ou não a oferta secundária de ações? Com isso, não fica claro, também como ficará, a participação da União na empresa, que poderá ser reduzida, fazendo com que tenha uma participação muito pequena ou até mesmo nenhuma.

3. De acordo com a MP, a União deverá permanecer cobrindo as garantias bilionárias à nova empresa privada, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, dando mais um indício de negociata que transcende o “limite da irresponsabilidade ao erário”. Não estamos num ringue de Vale-tudo.

4. Graças a uma mudança feita no parecer do relator, os acionistas privados residentes e não residentes, abocanharão mais de R\$51 bilhões de recebíveis de RBSE e R\$6 bi de recebíveis de geração, um presentão de R\$57 bilhões!

Já se comenta nos corredores de Brasília: há empresas negociadas que têm esqueletos no armário. A Eletrobras tem potes de ouro! Alguns destes potes: recebíveis, projetos estruturantes recentemente comissionados e com uma imensa vida útil pela frente e concessões longevas de transmissão e geração para depois de 2040/2050.

5. Eletronet: estão subavaliados no modelo os ativos de telecomunicações da Eletronet, que possuem grande potencial de geração de receitas, sobretudo em função da revolução digital.

6. Mudanças regulatórias em curso: a perspectiva de votação do Projeto de Lei 414/21, de modernização do setor elétrico, impede a correta avaliação do valor da empresa em momento anterior à definição e regulamentação do referido PL. Como determinar o valor da empresa sem saber antes qual o modelo regulatório em que a empresa atuará em um futuro próximo? **O modelo regulatório pode agregar bilhões a este negócio.**

7. Eletronuclear e Itaipu: A subprecificação dos ativos da Eletronuclear é um grande risco do modelo. Em declarações recentes, o ex-presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, afirma que Itaipu está avaliada em apenas US\$50 milhões, e que esse é a valor que deveria ser considerado nos modelos.

A Eletrobras tem muitos direitos sobre Itaipu por ter sido a sua principal financiadora e responsável por tirar este projeto grandioso do papel nos governos militares. As receitas futuras de Itaipu deveriam ser destinadas para benefícios para a população brasileira e novos investimentos da Eletrobras em prol da transição energética.

8. Potencial solar em usinas hidrelétricas - recentemente a Eletrobras tem obtido sucesso na implantação de painéis solares em algumas de suas usinas hidrelétricas. O potencial representado por essas usinas é enorme, uma vez que as empresas não teriam que resolver problemas fundiários, haja vista o espelho d'água dos reservatórios. Estes intangíveis da Eletrobras não estão precificados.

9. O retrocesso civilizatório deste governo cria operações heterodoxas, nas quais a União esteriliza o seu próprio poder de voto em prol dos financistas, amigos dos amigos do Ministério da Economia. Onde já se viu no mundo, uma empresa ter a possibilidade de se ter mais de 10% das ações, mas limitar o seu poder de voto a apenas 10%? Chamamos isso de *golden share* às avessas... Se as *golden shares*, na extensa experiência brasileira, servem apenas de enfeite ou para criar uma "rota de fuga" para os defensores da privatização afirmarem ao público que "estão impondo limites e defendendo o interesse público", esta traquinagem do Guedes serve para que a União seja um acionista subjugado aos demais na futura estrutura de capital.

Por fim, mostramos à sociedade o risco de se vender um bem sem saber o valor. A dupla Guedes e Bento analisam a Eletrobras através do retrovisor, olhando para o passado, questionando-o e reescrevendo-o (à custa de *fake news*, *modus operandi* típico deste governo).

Fizemos uma conta simples e objetiva com base nas informações operacionais aos investidores da Eletrobras, disponíveis no site da empresa em planilhas eletrônicas (clique [aqui](#)), para responder a seguinte pergunta:

Se temos uma estimativa da receita da transmissão e da geração, base 2020, para cada uma das usinas (responsabilidade integral, fundos, cotas, fatia de participação nas SPEs), linhas de transmissão e subestações (renovadas 12.783/13 e fatia de participação nas SPEs) e temos a data limite das concessões já assinadas para depois de 2040/2050, quanto seria uma "receita piso" para estes ativos até o fim das concessões?

Neste momento, não fizemos cálculos mais rebuscados, levando-se em conta impostos, encargos, taxas, custos de operação e manutenção, dividendos, e outras rubricas. A intenção foi consolidar a hipótese: não basta privatizar Eletrobras querendo olhar para trás... É necessário olhar para frente, levando-se em conta os contratos de longo (ato jurídico perfeito).

Cálculo da Receita Bruta Estimada de Concessões das Eletrobras no longo prazo (Receita Estimada 2020 x Anos de Concessão Faltantes x Participação Eletrobras no Ativo) - R\$ BI						
Tipo	Quantidade Ativos	Receita Anual (base 2020)	Intervalo do fim das concessões	Intervalo de anos faltantes	Receita Estimada até fim concessão	
Geração						
Ativos Resp. Integral	23 UHE, 10 UTE, 9 EOL, 2 UTN	15,24	2024-2052	2,6 - 30,09	210,38	
Ativos Cotas (Lei 12783/13)	13 UHEs	3,98	2042	20,9	83,22	
Ativos Fundos (Lei 13182/15)*	8 UHEs	1,57	2042-2052	20,9 - 30,09	46,35	
Ativos SPEs - UHEs (% fatia ELB)	13 UHEs	4,62	2036-2050	14,92 - 28,08	99,89	
Subtotal (I)		25,41			439,84	
Transmissão - Ativos selecionados						
Linhas + subest (SPEs) - RAP>50 MM	várias concessões	0,99	2039-2044	17,15- 22,46	19,00	
Linhas + subest (Lei 12783/13)	várias concessões	11,77	2041-2043	19-21	239,95	
Subtotal (II)		12,75			258,96	
total (I+II)		38,16			698,80	
Simulação Renovação Tucuruí (30 anos, com receita de 2020)						
Tucuruí	1UHE	3,07		30 anos	91,98	
total (I+II+III)		n.a**			790,77	

* algumas UHEs tem parcela em cotas e em fundos e estão computadas nos dois blocos com energia proporcional a sua destinação.
** não consideramos no somatório, uma vez que até 2024, Tucuruí já está contabilizada como de responsabilidade integral.
as estimativas não levam em conta dezenas de ativos em SPEs (eólicas) e linhas de transmissão com RAP inferiores a R\$ 50 MM/ano, o que mostra que a base de ativos supera os que foram levados em conta nesta simulação conservadora.

Os resultados mostram uma empresa que, sem contar Tucuruí, tem ativos que podem gerar uma receita piso de R\$ 698 bilhões até o fim das concessões já assinadas!

Contando Tucuruí, chega-se a receita bruta de R\$ 790 bilhões!

Fazendo uma estimativa simples de corrigir as concessões de geração por um indexador de 3% a.a. e as linhas de transmissão, indexadas a um IPCA, estimado em 4% a.a. para efeito de simulação, chegamos a estratosférica quantia superior a R\$ 1,6 trilhões!

Após desnudar os interesses não republicanos na privatização da Eletrobras, entendemos porque o MME e o Ministério da Economia, propositadamente, não apresentam o Valuation da Eletrobras às Casas Legislativas!

Será que ao mostrar o Valuation, não ficará clara a intenção dos ministérios de oferecer uma bala Juquinha envelopado como "fundos regionais"?

Por este motivo o pregão eletrônico para avaliar os ativos da Eletrobras (clique [aqui para ver edital](#)) vem no cabeçalho com o objetivo de subsidiar apenas a Alta Administração da Eletrobras, uma vez que os deputados e senadores estão fadados a analisar a privatização da Eletrobras, literalmente no escuro.

Por este motivo, o ministro Guedes, através da Resolução nº 176, pede para a Eletrobras iniciar a contratação destes estudos apenas a partir de 27 de Abril, quando a proposta já tinha sido entregue meses antes ao Congresso sem nenhuma menção a estes dados críticos (clique [aqui e veja Comunicado ao Mercado da Eletrobras](#)).

Por fim, clique [aqui e baixe](#) o arquivo Excel original da Eletrobras disponível no site para fazer as suas contas.

Pediremos ao TCU e STF que interrompam o processo até que cada Deputado e Senador, representantes do interesse público, tenha em suas mãos os estudos sobre o valuation da Eletrobras com consistência e robustez analítica para que possam julgar o mérito. Os editais estão abertos e a previsão é que relatórios estejam prontos em Agosto, apenas para os acionistas!

Por fim perguntamos:

- Você venderia um bem em operação comercial com contratos garantidos para depois de 2040/50 (veja valores nas tabelas abaixo), sem que tenha em mãos uma estimativa de valor deste bem?

Tabela 1: Ativos de Geração e Energia Gerada – Empreendimentos sob Responsabilidade Integral (part. I)										
Empresa Eletrobras	Empreendimento	Localização		Fonte	Fim da Operação	Garantia Física (MW Médio)	Fator %	Receita Anual R\$ MM	Anos de Concessão Anos	Receita Esperada durante concessão R\$ MM
		(Estado)								
Eletrobrasil	Complexo de Tucuruí	PA	Hidráulica	ago/24	4.019,10	95,4%	3.111,43	2,6	8.046,51	
	UHE Samuel	RO	Hidráulica	set/29	92,70	2,2%	71,76	7,7	550,40	
	UHE Curuá-Una (1)	PA	Hidráulica	jul/28	24,80	0,6%	19,20	6,5	124,85	
	UTE Sen. Amon Afonso F. de Mello (2)	RR	Térmica	set/19	-	0,0%	0,00	2,3	0,00	
	UTE Araguaia (3)	MT	Térmica	dez/50	-	0,0%	0,00	29,0	0,00	
	UTE Santana	AP	Térmica	dez/50	30,00	0,7%	23,22	29,0	673,52	
	UTE Santana II	AP	Térmica	dez/50	25,00	0,6%	19,35	29,0	561,27	
	UTE Santa Rita	AP	Térmica	dez/50	20,00	0,5%	15,48	29,0	449,01	
Chesf	Curemas	PB	Hidráulica	nov/24	1,00	3,8%	6,84	2,8	19,39	
	Casa Nova I A (18)	BA	Eólica	jun/54	6,80	26,1%	46,48	32,4	1.506,81	
	Casa Nova II	BA	Eólica	mai/49	8,90	34,1%	60,83	27,3	1.662,92	
	Casa Nova III	BA	Eólica	mai/49	9,40	36,0%	64,25	27,3	1.756,35	
Furnas	Mascarenhas de Moraes	MG	Hidráulica	jan/24	289,50	7,5%	191,08	2,1	397,55	
	Simplicio	RJ	Hidráulica	ago/41	175,40	4,6%	115,77	19,6	2.267,45	
	Anta	RJ	Hidráulica	ago/41	15,90	0,4%	10,49	19,6	205,54	
	Batalha	MG	Hidráulica	ago/41	48,80	1,3%	32,21	19,6	630,85	
	Serra da Mesa (48,46%) (4) (15)	GO	Hidráulica	set/40	637,50	16,6%	420,77	18,8	7.889,35	
	Manso (70%) (4)	MT	Hidráulica	fev/35	87,80	2,3%	57,95	13,1	758,34	
	Santa Cruz (5) (16)	RJ	Térmica	jul/15	280,84	7,3%	185,36	6,5	1.204,85	
	Roberto Silveira (Campos) (6)	RJ	Térmica	jul/27	20,90	0,5%	13,79	5,5	75,91	
Subtotal (I)					5.794		4.466	16	28.781	

Tabela 2: Ativos de Geração e Energia Gerada – Empreendimentos sob Responsabilidade Integral (part. II)

Empresa Eletrobras	Empreendimento	Localização		Fonte	Fim da Operação	Garantia Física	Fator	Receita Anual	Anos de Concessão	Receita Esperada durante concessão
		(Estado)				(MW Médio)	%	R\$ MM	Anos	R\$ MM
Furnas (1)	Furnas	MG	Hidráulica	dez/42	582,00	15,1%	384,13	20,9	8.035,87	
	Luis Carlos Barreto (Estreito)	SP/MG	Hidráulica	dez/42	495,40	12,9%	326,98	20,9	6.840,15	
	Porto Colômbia (2)	MG/SP	Hidráulica	dez/42	186,00	4,8%	122,76	20,9	2.568,16	
	Marimbondo	SP/MG	Hidráulica	dez/42	689,70	18,0%	455,22	20,9	9.522,92	
	Funil (3)	RJ	Hidráulica	dez/42	115,00	3,0%	75,90	20,9	1.587,84	
	Corumbá I (4)	GO	Hidráulica	dez/42	217,40	5,7%	143,49	20,9	3.001,71	
EletroNuclear	Angra I (12)	RJ	Nuclear	dez/24	509,80	0,30	1140,82	2,9	3.330,55	
	Angra II (12)	RJ	Nuclear	ago/40	1.204,70	0,70	2695,84	18,6	50.105,20	
CGT Eletrosul	UHE Governador Jayme Canet Júnior (1)	PR	Hidráulica	jul/42	96,90	19%	246,02	20,5	5.044,18	
	UHE Passo São João	RS	Hidráulica	ago/41	41,10	8%	104,35	19,6	2.043,83	
	UHE São Domingos	MS	Hidráulica	dez/37	36,40	7%	92,42	15,9	1.471,24	
	PCH Barra do Rio Chapéu	SC	Hidráulica	mai/34	8,61	2%	21,86	12,3	269,67	
	PCH João Borges	SC	Hidráulica	dez/35	10,14	2%	25,74	13,9	358,36	
	Eólica Cerro Chato I	RS	Eólica	ago/45	11,33	2%	28,77	23,6	678,49	
	Eólica Cerro Chato II	RS	Eólica	ago/45	11,33	2%	28,77	23,6	678,49	
	Eólica Cerro Chato III	RS	Eólica	ago/45	11,33	2%	28,77	23,6	678,49	
	UEE Coxilha Seca	RS	Eólica	mai/49	13,20	3%	33,51	27,4	917,73	
	UEE Capão do Inglês	RS	Eólica	mai/49	4,50	1%	11,43	27,4	312,86	
	UEE Galpões	RS	Eólica	mai/49	3,50	1%	8,89	27,4	243,34	
	Candiota III – Fase C (13)	RS	Térmica	jul/41	262,40	0,51	666,22	19,5	12.993,15	
	Amazonas GT	UHE Balbina (8)	AM	Hidráulica	mar/27	132,30	16,8%	692,84	5,2	3.581,61
UTE Aparecida (8)		AM	Térmica	jul/30	150,00	19,0%	785,54	8,5	6.679,24	
UTE MAUÁ 3 (8) (9) (10)		AM	Térmica	nov/44	507,20	64,2%	2656,16	22,8	60.656,32	
Subtotal (parte II)						5.300,24		10.776,42	19,05	181.599,37
TOTAL (I+2)						11.094,58		15.242,70	17,86	210.380,24

Tabela 3: Ativos de Geração e Energia Gerada – Empreendimentos sob Responsabilidade Integral sob Regime de O&M - renovadas pela lei 12.783/13

Empresa Eletrobras	Empreendimento	Localização		Fonte	Fim da Operação	Garantia Física	Fator	Receita Anual	Anos de Concessão	Receita Esperada durante concessão
		(Estado)				(MW Médio)	%	R\$ MM	Anos	R\$ MM
EletroNorte	UHE Coaracy Nunes	AP	Hidráulica	dez/42	62,60	100%	33,96	20,9	710,50	
	Funil	BA	Hidráulica	dez/42	10,66	0,1%	2,01	20,9	42,06	
Chesf	Pedra	BA	Hidráulica	dez/42	3,66	0,0%	0,69	20,9	14,43	
	Complexo de Paulo Afonso	BA	Hidráulica	dez/42	2.067,10	15,4%	389,81	20,9	8.154,61	
	Luíz Gonzaga (Itaparica)	PE	Hidráulica	dez/42	2.750,25	20,5%	518,64	20,9	10.849,57	
	Boa Esperança (Castelo Branco)	PI	Hidráulica	dez/42	3.778,47	28,2%	712,54	20,9	14.905,84	
	Xingó	SE	Hidráulica	dez/42	4.806,69	35,8%	906,43	20,9	18.962,11	
	Furnas	MG	Hidráulica	dez/42	5.834,90	11,6%	163,60	20,9	3.422,46	
Furnas (1)	Luis Carlos Barreto (Estreito)	SP/MG	Hidráulica	dez/42	6.863,12	13,6%	192,43	20,9	4.025,57	
	Porto Colômbia (2)	MG/SP	Hidráulica	dez/42	7.891,34	15,6%	221,26	20,9	4.628,67	
	Marimbondo	SP/MG	Hidráulica	dez/42	8.919,56	17,7%	250,09	20,9	5.231,77	
	Funil (3)	RJ	Hidráulica	dez/42	9.947,78	19,7%	278,92	20,9	5.834,87	
	Corumbá I (4)	GO	Hidráulica	dez/42	10.976,00	21,8%	307,75	20,9	6.437,98	
TOTAL						63.912,14		3.978,14	20,92	83.220,44

Tabela 4: Ativos de Geração e Energia Gerada – Empreendimentos sob Responsabilidade Integral renovados pela lei 13.182/15

Empresa Eletrobras	Empreendimento	Localização		Fonte	Fim da Operação	Garantia Física	Fator	Receita Anual	Anos de Concessão	Receita Esperada durante concessão
		(Estado)				(MW Médio)	%	R\$ MM	Anos	R\$ MM
Chesf	Sobradinho	BA	Hidráulica	fev/52	504,50	81,40%	435,46	30,09	13.101,42	
	Funil	BA	Hidráulica	dez/42	0,25	0,04%	0,21	20,92	4,46	
	Pedra	BA	Hidráulica	dez/42	0,08	0,01%	0,07	20,92	1,50	
	Complexo de Paulo Afonso	BA	Hidráulica	dez/42	46,70	7,53%	40,31	20,92	843,22	
	Luíz Gonzaga (Itaparica)	PE	Hidráulica	dez/42	20,13	3,25%	17,37	20,92	363,45	
	Boa Esperança (Castelo Branco)	PI	Hidráulica	dez/42	3,00	0,48%	2,59	20,92	54,22	
	Xingó	SE	Hidráulica	dez/42	45,12	7,28%	38,95	21,00	817,88	
Furnas	Itumbiara (1)	GO/MG	Hidráulica	fev/52	964,30	100,00%	1.033,38	30,16	31.162,02	
TOTAL						1.584,08		1.568,34	23,23	46.348,16

Tabela 5: Ativos de Geração e Energia Gerada – SPEs - UHEs

Empresas Eletrobras	Empreendimento	Localização		Fonte	Fim da Operação	Garantia Física	Fator	Receita Anual	Anos de Concessão	Receita Esperada durante concessão	
		(Estado)				(MW Médio)	%	R\$ MM	Anos	R\$ MM	
Empresas Eletrobras	UHE Belo Monte	PA	Hidráulica	ago/45	4.571,00	49,98%	646,48	23,67	15.299,94		
	UHE Santo Antônio	RO	Hidráulica	jun/43	2.424,20	43,06%	1.512,51	21,50	32.518,93		
	UHE Jirau	RO	Hidráulica	ago/43	2.211,55	40,00%	21,67	19.310,88			
	UHE Baguari	MG	Hidráulica	ago/41	84,70	15,00%	11,99	19,67	235,71		
	UHE Foz de Chapecó	RS/SC	Hidráulica	nov/36	427,20	40,00%	414,76	14,92	6.186,84		
	UHE Sinop	MT	Hidráulica	jan/50	242,50	49,00%	145,28	28,08	4.079,91		
	UHE São Manoel	MT/PA	Hidráulica	abr/49	430,40	33,33%	136,98	27,33	3.744,20		
	UHE Dardanelos	MT	Hidráulica	jan/43	154,90	49,00%	145,08	21,08	3.058,87		
	UHE Peixe Angical	TO	Hidráulica	nov/36	280,50	40,00%	117,53	14,92	1.753,13		
	UHE Retiro Baixo	MG	Hidráulica	ago/41	36,60	49,00%	37,20	19,67	731,52		
	UHE Serra do Facão	GO	Hidráulica	mar/42	178,80	49,47%	202,73	20,25	4.105,34		
	UHE Teles Pires	PA/MT	Hidráulica	jun/46	930,70	49,00%	361,89	24,50	8.866,41		
	UHE Três Irmãos	SP	Hidráulica	set/44	277,50	49,90%	NA	22,75	NA		
	TOTAL						12.250,55		4.623,70	21,54	99.891,67

Tabela 6: Tucuruí - Simulação de renovação de Tucuruí nas condições atuais

Empresa Eletrobras	Empreendimento	Localização (Estado)	Fonte	Fim da Operação	Garantia Física (MW Médio)	Fator %	Receita Anual R\$ MM	Anos de Concessão	Receita Esperada durante concessão R\$ MM
Eletronorte	Complexo de Tucuruí	PA	Hidráulica	set/54	4.019,10	0,95	3.111,43	30,00	93.343,02

Tabela 7: Principais linhas de transmissão SPEs e Subestações (RAP acima de R\$ 50 milhões/ano)

Empresa Eletrobras	Empreendimento Linha	Tensão	Fim da Operação	Kms de linha	Correção	Fator %	Receita Anual R\$ MM	Anos de Concessão	Receita Esperada durante concessão R\$ MM
	Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. (1)	800,00	Jun/44	4.152,04	IPCA	49,00	147,37	22,46	3.309,65
	Interligação Elétrica do Madeira S.A. (1)	600,00	fev/39	4.769,12	IPCA	49,00	145,55	17,15	2.496,64
	Mata de Santa Genebra Transmissora S.A.	500,00	mai/44	886,45	IPCA	49,90	88,69	22,34	1.980,95
	Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (1)	600,00	fev/39	4.823,80	IPCA	49,00	142,86	17,09	2.440,89
	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	500,00	mai/43	953,30	IPCA	24,50	31,27	21,34	667,28
	Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	500,00	fev/34	546,00	IGP-M	49,00	71,85	12,09	868,36
	Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	500,00	dez/41	666,00	IPCA	49,00	34,05	19,92	678,31
	Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	525,00	ago/42	468,00	IPCA	51,00	38,78	20,66	801,01
	Total - linha						700,42	19,13	13.243,10
Empresa Eletrobras	Empreendimento Subestação	Tensão	Fim da Operação	MVA	Correção	Fator %	Receita Anual R\$ MM	Anos de Concessão	Receita Esperada durante concessão R\$ MM
	Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. (1)	conversoras	Jun/44	4660-4752	IPCA	49,00	161,11	22,42	3.612,04
	Interligação Elétrica do Madeira S.A. (1)	conversoras/coletadoras	fev/39	3631-3832	IPCA	49,00	125,20	17,15	2.147,44
	Total - subestação						286,31	19,79	5.759,48
	Total - linha + subestação						986,73	19,46	19.002,58

Tabela 8: Receita da Transmissão - Lei 12783

Empresa Eletrobras	Empreendimento Linha	Tensão	Fim da Operação	Kms de linha	Correção	Fator %	Receita Anual R\$ MM	Anos de Concessão	Receita Esperada durante concessão R\$ MM
CHESF	varias	varias	jan/41	19.063,40	IPCA	100,00	3.572,73	19,00	67.891,75
FURNAS	varias	varias	jan/43	19.955,10	IPCA	100,00	5.317,18	21,00	111.675,45
ELETRONORTE	varias	varias	jan/43	8.865,24	IPCA	100,00	1.871,04	21,00	39.297,04
CGT ELETROSUL	varias	varias	jan/43	9.419,56	IPCA	100,00	1.004,17	21,00	21.090,37
Total							11.765,11	20,50	239.954,60

Resposta: Ninguém faz isso, só na Disneylândia de Paulo Guedes e Bento Albuquerque!

Compartilhem esse informe com os colegas.

Juntos somos mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#)).

A Diretoria, em 25 de maio de 2021.
Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

